

APRENDER PARTICIPANDO: UMA EXPERIENCIA FORA DA SALA DE AULA PARA A FORMAÇÃO DE SUJEITOS SOCIAIS EM BRASIL

*Aprender participando: una experiencia para la
formación de jóvenes como sujetos sociales en Brasil*

*Participating learning: an experience for youth
training in Brazil as social subjects*

Zanna Maria RODRIGUES DE MATOS
Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Bahia-Brasil
Diretoria de Educação Ambiental
Coordinadora da Agenda 21
Correo-e: zannamatos@gmail.com

Recepción: 21 de junio de 2011
Envío a informantes: 30 de julio de 2011
Fecha de aceptación definitiva: 22 de octubre de 2011
Bibliid. [0214-3402 (2012) (II época) n.º 18; 141-154]

RESUMO: O presente artigo vem a partir de uma experiência brasileira onde se mostra que a participação de jovens em coletivos, neste caso, que refletem políticas públicas e meio ambiente constitui fértil oportunidade de formar sujeitos sociais. Nesse sentido, mostra-se, também, que a educação não formal ou fora da sala de aula é uma ferramenta eficaz para a mudança de comportamentos de jovens. E que no Brasil esse tipo de investimento público têm contribuído significativamente para a melhoria da qualidade de nossa juventude em muitos sentidos, sobretudo na implementação da Política Nacional de Educação Ambiental inclusive, no que se refere a decisões políticas de longo alcance.

PALAVRAS-CHAVES: participação, políticas públicas, estruturas educadoras e sujeitos sociais.

RESUMEN: El presente artículo muestra que la participación de jóvenes en colectivos, en este caso los que reflejan políticas públicas y medio ambiente, constituye una fértil oportunidad para formar sujetos sociales. En este sentido, se muestra también que la educación no formal, es decir, fuera de la escuela, es una herramienta eficaz para el cambio de comportamiento entre los jóvenes, y que en Brasil ese tipo de inversión pública contribuye significativamente a mejorar la categoría juvenil en muchos

sentidos, sobre todo en la implementación de la Política Nacional de Educación Ambiental, incluso en lo que se refiere a las decisiones políticas de largo alcance.

Los espacios de participación, llamados consejos, comisiones, conferencias, son espacios que, ante todo, existen para ejercer la función de espacio educador o estructuras educadoras. La existencia de estas estructuras como consejos, colectivos, comisiones y redes es urgentemente necesaria. Sin embargo, no son suficientes para ejercer su papel educativo. Es imprescindible la preparación continua y permanente de actividades, de reflexión y de acciones.

PALABRAS CLAVE: participación, estructuras educadoras, política pública y sujetos sociales.

ABSTRACT: This paper shows that youth involvement in groups, in this case the public policies that reflect the environment is a fertile opportunity to form social subjects. In this sense, it also shows that non-formal education is, outside of school is an effective tool for behavior change among youth, and in Brazil this kind of public investment contributes significantly to improve the youth level in many ways, particularly in implementing the National Environmental Education Policy, including with respect to the far-reaching policy decisions.

The areas of participation, called councils, commissions, conferences, are spaces that primarily exist to perform the role of educator or educational structures space. The existence of these structures such as councils, groups, committees and networks is urgently needed. However, not enough to exert its educational role. It is essential to continuous development and ongoing activities, reflection and action.

KEYWORDS: participation, educational structures, public policy and social subjects.

1. Introdução

O BRASIL TEM CERCA DE 48 MILHÕES DE HABITANTES entre 15 e 29 anos, dos quais 34 milhões têm entre 15 e 24 anos (IBGE, 2000)¹. Apesar de ser considerado um país de jovens, o debate da juventude só veio a público na década de 90, quando pesquisadores, organismos internacionais, movimentos juvenis, passaram a enfatizar a singularidade da experiência social desta geração de jovens, com suas vulnerabilidades e potencialidades. Atualmente o termo «juventude», no Brasil, está em alta cotação e vem tomando espaço no debate político e social, crescendo a participação em ações políticas tanto de investigação como de participação política.

O tema é caracterizado pela inexistência de políticas públicas específicas. Os jovens se encontram de maneira difusa nos instrumentos legais vigentes.

Na área ambiental, a participação de jovens –por meio da sua participação em movimentos e organizações de denúncia e combate à degradação ambiental e poluição– é histórica. Esse envolvimento, entretanto, não ocorria no âmbito de um movimento de juventude, mas sim através da atuação de pessoas jovens engajadas na temática. No entanto, mais recentemente, com a Constituição de 1988, a

¹ IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão responsável pelo censo demográfico do Brasil. Este censo é realizado de 10 a 10 anos, portanto os dados que estão na presente tese são retirados dos dados oficiais publicados no censo de 2000. Houve uma recontagem de população em 2007 e atualmente está sendo realizado o censo 2010.

questão ambiental passou a ser assumida como direito universal e, especialmente depois da ECO-92 passou a ser incorporada em vários setores da sociedade, incluindo o setor jovem.

O interesse da juventude pelas questões ambientais veio tomando espaço social e político, ao longo da história, em função das expressões, críticas, reivindicações, posicionamento que contribuíram e contribui para a emergência da sensibilidade ecologista no mundo, destacando o movimento estudantil de maio de 68 em Paris e o movimento dos hippies nos Estados Unidos.

Vale a pena destacar que o conceito de juventude. Para maioria dos organismos internacionais, considera-se como jovem a faixa etária de 15 a 24 anos. Para a UNESCO (2004), do ponto de vista demográfico, os jovens são, principalmente, um grupo populacional que corresponde a uma determinada faixa etária que varia segundo contextos particulares, mas que, geralmente, está localizada entre os 15 e os 24 anos de idade, fazendo a consideração de que para países com uma desigualdade social grande, como é o caso do Brasil, considera-se jovem com a idade ampliada até os 29 anos.

Pesquisas realizadas em 2003² indicam uma desinformação do jovem com relação ao tema, que possui uma visão fragmentada do conceito de meio ambiente e desconectada das questões sociais, econômicas, culturais etc. Paradoxalmente, é a temática ambiental que vem atraindo os jovens o que demonstra que o tema tem um potencial mobilizador nesse setor demográfico. Atualmente, a juventude brasileira se insere em um cenário de maior complexidade cuja problemática ambiental necessita de análises mais integradas. Não se trata apenas de um problema de controle de poluição, mas de questões sociais, culturais, éticas e políticas. Não é mais possível abordar a temática sem relacioná-la com o modelo de sociedade, de civilização e de desenvolvimento. Tanto os jovens quanto suas organizações, coletivos e movimentos têm cada vez mais percebido essa complexidade de relações na área, e percebem que os desafios atuais e futuros são bem maiores do que sua própria capacidade de enfrentá-los. Isso, no entanto, tem ajudado a retroalimentar seus anseios e perspectivas de atuação política, cidadã e profissional na área.

No entanto, há sinais de inovadoras perspectivas quando observamos no cenário político brasileiro atual a presença de ações como: Consolidação de grupos de jovens organizados na temática socioambiental (coletivos, redes, movimentos, organizações, etc.); e inserção do jovem em conselhos gestores das políticas pública de meio ambiente. A partir de 2003 o governo brasileiro amplia o processo de democratização do país e adota uma série de estratégias para inserção da juventude no enraizamento da educação ambiental no país e que resultaram medidas bastante positivas com uma mobilização interessante da juventude para o enfrentamento da crise socioambiental. As Conferências Nacionais Infanto-Juvenis pelo Meio Ambiente foi uma dessas estratégias e que, sem sombra de dúvidas, foram fundamentais para impulsionar uma mobilização na categoria juvenil além de emergir um movimento, que ainda tímido, de juventude e meio ambiente no país.

Os coletivos jovens de meio ambiente criados em 2003, os CJs de meio ambiente, para organização da primeira Conferência Nacional Infanto Juvenil pelo Meio

² PROJETO JUVENTUDE (2003) Pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania. Perfil da Juventude Brasileira. Disponível no site WWW.projetojuventude.org.br.

Ambiente, possibilitou-nos acreditar numa outra perspectiva de formação desse sujeito, que perpassa as demandas de vários setores e que proporciona uma formação, sobretudo humana, por meio da participação. Uma formação que completa a formação da sala de aula.

2. O jovem sujeito social e as estruturas potencialmente educadoras

Consideramos que a construção do conceito de juventude toma uma dimensão complexa que vai além da dimensão etária. Para alguns autores passa por uma construção social, dentro de uma perspectiva de cunho cultural. As transformações biológicas podem ser universais, no entanto, há uma série de outras variáveis que são elementos que variam ao longo do tempo e da sociedade. De acordo com Dayrell & Carrano (2002) não se pode modular o conceito de juventude com tendência a homogeneização. A pluralidade e as circunstâncias típicas da vida juvenil exigem que os estudos se realizem considerando a diversidade e as possibilidades múltiplas.

A juventude é parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. «Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona» (Dayrell, 2003: 43). Assim, os jovens constituem determinados modos de ser específicos que não devem ser generalizados a todos os jovens, por isso falar do termo no plural, juventudes é conveniente para enfatizar a diversidade de modos de ser jovens e articular a noção de juventude à de sujeito social.

A noção de que o jovem deve ser tomado como sujeito de direitos vem sendo cada vez mais acionada por aqueles que tomam a defesa dos jovens no Brasil, afirma Abramo (2006). Esta afirmação ganha magnitude na medida em que busca deslocar a perspectiva, ainda dominante na opinião pública, do jovem como problema para si mesmo e para a sociedade, assim como a ótica que o toma apenas na sua dimensão de sujeito em preparação para o futuro. «Tomar o jovem como sujeito de direito é reconhecer sua condição específica e a singularidade da sua experiência geracional» diz a autora.

Atualmente no Brasil, vivemos em um momento que a questão da juventude entrou para a pauta política e ganhou canais institucionais de resolução, que se materializam na criação de mecanismos institucionais e canais públicos de diálogo, reconhecendo os direitos desse tão importante sujeito da sociedade. Isso se deve por diversos fatores, mas também, se deve à atração da juventude pela democracia, pela participação nos processos políticos, ressaltando o interesse pelo tema em diversos campos, isso é o que retrata uma pesquisa realizada em novembro de 2003 pelo Instituto pela Cidadania intitulada de «Perfil da Juventude Brasileira». Sem dúvida, a sociedade moderna busca ampliar as possibilidades de integração social da juventude, principalmente através da sua participação gradual nos recursos culturais e processos decisórios, que caracterizam o regime democrático de governo. Isto passou a acontecer no Brasil nas últimas décadas, com a democratização do país iniciada nos anos 80 de acordo com Krischke (2004).

O tema ambiental tem sido um campo de atração do jovem a participar, como uma forma de discutir um novo modelo de desenvolvimento, de política baseado

na partilha de decisões sobre o destino dos bens comuns. O tema ambiental torna um campo de interesse quando este toma um viés político, no sentido de uma política baseada na autora Arent (2003). Como tal, reforça Carvalho (2004) a questão ambiental tem alcançado um lugar destacado nos embates sobre a construção social do futuro da comunidade humana, vinculando as atuais e as novas gerações numa esfera de negociação de projetos de sociedade e modos de engajamento político. A valorização da natureza e a preocupação como futuro do planeta tem se mostrado particularmente atrativa para formação de grupos jovens para ação ambiental, como se pode ver pela forte presença jovem entre voluntários e ativistas de grandes ONGs ambientalistas. O que parece atrair aos jovens para ação ecológica é sua centralidade de problemas concretos, em contradição ao debate ideológico; a atração pelas causas planetárias, ultrapassando os conflitos locais; e a valorização de uma dimensão ético-moral que percebem como ausente das práticas políticas tradicionais (Carvalho, 2006).

É neste sentido que, dentre as múltiplas formas disponíveis de subjetivação das questões políticas contemporâneas, podemos identificar, no campo ambiental, a emergência de um *sujeito ecológico*.

A idéia do jovem como sujeito ecológico traz a perspectiva do protagonismo juvenil³ inserida da pauta das questões socioambientais. Por meio desse tipo de ação, o adolescente adquire e amplia seu repertório interativo, aumentando assim sua capacidade de interferir de forma ativa e construtiva em seu contexto escolar e sócio-comunitário. Na perspectiva do protagonismo juvenil é imprescindível que a participação do adolescente seja de fato autêntica e não simbólica decorativa ou manipulada. Essas últimas são, na verdade, formas de não-participação. Tais formas desviadas de participação podem causar danos ao desenvolvimento pessoal e social dos jovens, além de minar a possibilidade de um convívio autêntico entre eles e seus educadores. A participação é a atividade mais claramente autocriadora, ou seja, formadora do ser humano, tanto do ponto de vista pessoal como social.

Educar para a participação é criar espaços para que o educando possa empreender, ele próprio, a construção de seu ser. Aqui, mais uma vez, as práticas e vivências são os melhores caminhos, já que a docência dificilmente dará conta das múltiplas dimensões envolvidas no ato de participar segundo Lima (2003).

A participação e o protagonismo são duas palavras que se complementam. Uma não pode existir sem a outra. Falar de protagonismo é falar de participação. É por meio da participação que se promove ações de mudanças e com diferentes estratégias.

El objetivo estratégico de la participación ciudadana, es lograr que cada persona sea sujeto/agente de su propio destino histórico. Pero en la acción cotidiana que

³ COSTA, Antonio Carlos Gomes da. «Protagonismo Juvenil: O que é e como praticá-lo». Disponível em www.escolazoo.org.br. A palavra protagonismo é formada por duas raízes gregas: proto, que significa o primeiro, o principal; agon, que significa luta. Agonistes, por sua vez, significa? Lutador. Protagonista quer dizer, então, lutador principal, personagem principal, ator principal. Uma ação é dita protagônica quando, na sua execução, o educando é o ator principal no processo de seu desenvolvimento. Para outros autores o conceito é entendido como «criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso».

realizamos, debemos saber que lo que realmente podemos hacer, es tender hacia ese objetivo, procurando que el mayor número posible de personas, utilicen su derecho y su poder de decisión (Ander-Egg, 1996: 22).

No contexto atual brasileiro a criação de espaços de diálogos, onde a participação da juventude está cada vez mais sendo incentivada, espaços estes onde o exercício da participação sob os princípios do protagonismo juvenil. Estes espaços seja ele de gestão ambiental, ou seja, de gestão de políticas públicas são espaços que exercem um papel educador, onde o aprender participando e a relação intergeracional são os principais pontos que consolidam este papel educador. A criação de coletivos jovens de meio ambiente a partir dessa estratégia implementada pelo governo brasileiro a partir de 2003, marca a criação de espaços ou estruturas educadoras e baseadas numa educação não formal ou fora da sala de aula. E no caso específico dos coletivos jovens de meio ambiente a educação ambiental é que insere esta vertente, de uma educação não formal ou de uma educação fora da sala de aula. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc.

O aprendizado das diferenças; aprende-se a conviver com demais; socializa-se o respeito mútuo; adaptação do grupo a diferentes culturas, reconhecimento dos indivíduos e do papel do outro, trabalha o «estranhamento»; construção da identidade coletiva de um grupo; balizamento de regras éticas relativas às condutas aceitáveis socialmente, são características específicas da educação não formal e portanto estas características que devem ter os espaços de participação da juventude desempenhando o papel de estruturas educadoras.

Entendemos que os espaços de participação juvenil dentro da sociedade exercem sem dúvida o papel educador, pois opera estruturas educadoras. É uma ação que proporciona aprender participando, com características emancipatórias que contém em si o potencial de provocar descobertas e reflexões individuais e coletivas simultaneamente. Esses espaços, portanto, funcionam na prática como educação fora da escola, ou seja, são espaços que viabilizam mudanças significativas na educação e na sociedade como um todo mas que não estão necessariamente dentro da escola.

Alguns autores discutem o uso dos termos de educação formal, não formal, informal ou até mesmo educação escolar e não escolar. Segundo Gohn (2006: 28), o termo não-formal também é usado por alguns investigadores como sinônimo de informal. Consideramos que é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre estes conceitos. A princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados: e a educação não-formal é aquela que se aprende «no mundo da vida», via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos

cotidianas. Assim, para efeito deste artigo, consideramos as estruturas educadoras como espaços fora da escola que complementam a formação do jovem na própria escola. Em todas elas a educação está presente, como processo de aprendizagem de saberes aos e entre seus participantes, afirma Gonh (2006).

A partir de 2003 com o desejo do governo brasileiro de que a sociedade participasse mais da gestão pública, por meio da criação desses espaços de participação, a Política Nacional de Educação Ambiental adotou como estratégia de implementação a criação de espaços que debatesse os rumos dessa política no país. Assim, todos os espaços criados com esta função de enraizar a EA, foram criados com a intenção de serem educadores, estruturas potencialmente educadoras. Todas essas estruturas precisam estar sintonizadas na missão de contribuir para a construção de sociedades sustentáveis –através da educação das crianças, das professoras e professores, dos pais e das mães, de sindicalistas, de caminhoneiros e taxistas, de políticos e gestores, enfim de todos os setores e instâncias– para que cada indivíduo possa se tornar mais um/a educador/a ambiental.

Os termos estruturas e espaços educadores servem para abarcar algumas das dimensões pertinentes à Educação Ambiental, crítica, popular, emancipatória e transformadora. Fica evidente que o esforço de inserir a Educação Ambiental em todos os níveis e esferas da sociedade deve ocorrer também na perspectiva de que os espaços e a estruturas, com as quais convivemos e interagimos cotidianamente, sejam dotados de características educadoras e emancipatórias, que contenham em si o potencial de provocar descobertas e reflexões, individuais e coletivas simultaneamente (Matarezi, 2005: 163).

Dentro deste conceito de estruturas educadoras para as sociedades sustentáveis algumas das ações que mais se destacaram a participação da juventude nas Políticas Nacional de Educação Ambiental foram: As Conferências Nacional Infância Juvenil pelo Meio Ambiente, os Coletivos Jovem de Meio Ambiente, as Rede de juventude e Meio ambiente (REJUMA) e as CIEAS (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental).

Da Política Ambiental brasileira queremos dá ênfase as o papel das conferências como a grande impulsionadora do processo de mobilização dos jovens a participar não somente da conferência em si, mas também da criação dos coletivos jovens de meio ambiente.

3. Políticas Públicas de Juventude no Contexto Brasileiro

Na América Latina e especificamente no Brasil, nas quatro últimas décadas, o debate sobre as desigualdades sociais, econômicas e demográficas que afetam a população em geral e sua juventude passou por diferentes enfoques, motivados tanto pela conjuntura econômica, social e política quanto pela concepção predominante entre os pesquisadores da questão social (UNESCO, 2003).

As últimas décadas têm testemunhado profundas transformações sociais, econômicas e culturais, afetando as rotinas produtivas e as relações sociais, comerciais e trabalhistas em todo o mundo. Este novo contexto produziu novas desigualdades sociais que exigiram do campo das políticas públicas alternativas que enfrentassem o quadro de exclusão.

No que se refere à juventude, é recente a inclusão desta temática na agenda política do Brasil e do mundo. As políticas públicas passaram a incluir as questões relacionadas à juventude, de forma mais consistente, por motivos emergenciais, já que os jovens são os mais atingidos pelas transformações no mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI (Presidência da República, 2006).

As estatísticas demográficas de projeção demonstram que haverá uma evolução é crescente no número de população desta faixa etária na América Latina, o que ressalta uma preocupação para estes governos, sobretudo no que diz respeito a ser um segmento de população bastante ativa em vários sentido e economicamente também, o que chama atenção para políticas que incorporem esta categoria no atendimento de suas demandas e também que contribuirão no desenvolvimento econômico destes países. O quadro abaixo mostra esta progressão da população de 15 a 29 nos países da América Latina.

A discussão sobre a questão dos jovens e a institucionalização de políticas públicas de juventude só recentemente avançou no Brasil, apesar dos esforços da Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ), a partir dos anos 90, de colocar o tema nas agendas governamentais. Grande parte desse esforço deve-se à visibilidade conquistada pelos jovens, nos processos de democratização, ocorridos na América Latina na década de 80.

Apesar da preocupação mais sistemática dos governos brasileiros, a partir dos anos 90, em formular e implementar políticas específicas voltadas para os jovens, a maior mobilização para discutir uma Política Nacional de Juventude só foi realmente acontecer nos últimos cinco anos, com vistas a elaborar um Plano Nacional de Políticas Públicas –que contemple e aprofunde as questões que afetam os jovens– e um Estatuto dos Direitos da Juventude.

Ao traçar um panorama do tratamento governamental dado, nos últimos anos, às temáticas relacionadas aos jovens no Brasil –como se faz neste texto de Kerbauy (2005)–, observa-se que não resultaram, de fato, em políticas públicas, mas num conjunto de programas geralmente desconexos, focalizando grupos de jovens que compartilham determinada condição, tratados quase sempre de forma estereotipada.

No Brasil os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias, e tais políticas não estariam sendo orientadas pela idéia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações, afirmam os autores Sposito e Carrano (2003).

No entanto, até recentemente, as políticas públicas eram restritas ao universo do jovem e/ou adolescente, de até 18 anos. O debate público e a mobilização que ocorreram em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente –uma das mais avançadas leis existentes no mundo– foram decisivos para a visibilidade dada aos direitos da infância e adolescência e às políticas públicas destinadas a essa faixa etária.

Assim, os jovens com idade superior a 18 anos eram atendidos por políticas voltadas para a população em geral e as políticas públicas de juventude eram marcadas por uma abordagem emergencial, cujo foco era o jovem em situação de risco social.

Segundo Sposito & Carrano (2003) em linhas gerais, a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto. Ressalvando a pluralidade de enfoques, as características institucionais e a diversidade regional dos países latino-americanos,

esse autor sintetiza contribuições de diversos autores e estabelece periodização em torno de quatro distintos modelos de políticas de juventude: a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

Foi a partir de 2003 que começou a pensar em uma política pública de juventude com um caráter mais consistente e levando em consideração os diversos contextos juvenis existentes. Diante do desafio de inovar esta concepção, o Governo Federal passou a reconhecer que a juventude não é única, mas sim heterogênea, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Este novo olhar inaugurou uma nova concepção de política pública, que considera a juventude como um segmento social portador de direitos e protagonista do desenvolvimento nacional.

Dessa maneira, em junho de 2005 com a Lei 11.129 foi instituído o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, programa emergencial e experimental destinados a jovem de 18 a 24 anos; e cria o Conselho Nacional da Juventude considerado este último, como o marco da Política Nacional de Juventude. A constituição do Conselho transforma em política de Estado a questão da juventude e revela um consistente pacto pelos direitos dos jovens. A partir deste momento o governo federal lança diversos programas para juventude tentando fortalecer a idéia de uma construção de uma política pública de, para e com a juventude.

4. As Conferências e os coletivos jovem de meio ambiente: os espaços formadores de sujeitos socioambientais

No ano de 2003, a Conferência Infância-Juvenil (CNIJMA), paralela à «adultas». Sua lógica foi a de uma campanha pedagógica. O tema foi: Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas. Buscou-se envolver, sobretudo estudantes do Ensino Fundamental (de 5.^a a 8.^a séries) e comunidades no debate sobre os principais desafios socioambientais do momento, sob a ótica de suas realidades locais.

Conferência foi um processo no qual as pessoas se reuniram, discutiram os temas propostos expondo diversos pontos de vista, deliberaram coletivamente e, a partir dos debates locais, escolheram representantes que levaram adiante as idéias consensuadas. Todo o processo foi construído com base nos sete princípios metodológicos revelam o espírito da proposta:

- Jovem escolhe Jovem: decisões tomadas pelos próprios jovens, não por terceiros.
- Jovem educa Jovem: processo educacional construído a partir das experiências dos próprios adolescentes, respeitando e confiando em sua capacidade de assumir responsabilidades e compromissos de ações transformadoras.
- Uma geração aprende com a outra: reforço ao diálogo entre gerações, sobretudo com pais e mestres, responsáveis por dar condições para aprofundar conhecimentos e abertura para a participação necessária para as mudanças.

- Empoderamento: a partir da escola, com o envolvimento da comunidade, participantes da Conferência percebem-se parte de um contexto mais amplo, com vez e voz nos destinos da sociedade.
- Formação de comunidades interpretativas de aprendizagem: por meio de processos cooperativos com objetivos comuns, incentivo às ações compartilhadas, com resultados benéficos para todos.
- Ações afirmativas: desenvolvimento de instrumentos de inclusão social que buscam a equidade de direitos, respeitando sempre as diferenças e a diversidade.

Nesta ocasião, o órgão gestor da Política Nacional de educação Ambiental entendia que a temática tinha forte potencial de mobilização e que poderia abrir canais de atuação política e possibilidades de transformações ambientais, culturais e sociais profundas e efetivas. Envolver a juventude na discussão ambiental e no engajamento na temática ambiental era e é um dos desafios da atualidade. Para tanto, deveriam ser viabilizadas formas de esses jovens participarem deste processo, surgindo então à idéia de criação dos coletivos jovens preocupados e atuantes na temática socioambiental. Naquela ocasião, adotou-se o nome de Conselhos Jovens de Meio Ambiente que, embora com nome diferente, sua concepção estava plenamente sintonizada com a proposta de um coletivo de jovens. A estruturação dos chamados Conselhos Jovens foi realizada a partir de um processo intenso de articulação e de diálogo com diversas organizações de juventude, atuantes ou não na área ambiental. No decorrer do processo, foi diversas vezes apontado que o nome conselho não refletia o seu verdadeiro sentido, por estar vinculado a uma comissão organizadora criada para apenas um evento. Dessa maneira não faria sentido apontar para a formalização desse espaço, como se dá em conselhos de uma forma geral. Não se previa a definição de cargos nem de hierarquias, não era um espaço de representação da juventude e sua dinâmica de funcionamento também não refletia os pressupostos de diversos conselhos já difundidos na sociedade. Dessa maneira já era possível identificar diversos elementos que apontavam para as perspectiva de coletivos, ainda que o nome adotado fosse conselho (Brasil, 2006).

Assim, estes grupos de jovens foram formados em cada estado brasileiro e com uma primeira missão de mobilizar escolas e participar da organização da I Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Depois passaram a ser chamados de coletivos jovens, mas são grupos informais que reúnem jovens representantes ou não de organizações e movimentos de juventude que têm como objetivo envolver-se com a questão ambiental e desenvolver atividades articuladas relacionadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. Esses coletivos são como redes locais, para articular pessoas e organizações, circular informação de forma ágil, pensar criticamente o mundo a partir da sustentabilidade, planejar e desenvolver ações e projetos, produzir e disseminar propostas que apontem para sociedades mais justas e equitativas, entre outras ações e realizações.

Todas suas ações são baseadas nos princípios que também estruturaram o processo de conferência: O jovem escolhe jovem, Jovem educa jovem e uma geração aprende com a outra. Cabe ressaltar que esses princípios não pressupõem o isolamento dos jovens no seu próprio mundo, mas ressalta a relevância do diálogo e da parceria entre eles e o chamado mundo adulto. Não se pretende que essa ruptura com paradigmas tradicionais conduza a um distanciamento dos jovens dos

outros sujeitos e das organizações sociais, mas que contribua para a construção de um processo de interação e de parceria.

Desde o ano de criação o CJS vem desenvolvendo muitas ações e ampliando suas atuações, com parcerias com outras instituições como encontros regionais de Juventude e Meio Ambiente, redes locais de Juventude e Meio ambiente ligado a Rede Nacional, REJUMA, bem como execução de projetos como as COM-Vidas⁴ e Agenda 21 Escolar.

Todas estas ações estão baseadas nos mesmos princípios ressaltados anteriormente e fazendo destas, que sejam espaços potencialmente educadores.

Também podemos destacar como estrutura educadora a CIEA (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental), um espaço público colegiado instituído pelo poder público estadual destinado a constituir-se numa instância de coordenação das atividades de educação ambiental no âmbito do Estado. Como instância deliberativa para propor ações ao governo e aos seus componentes, a CIEA deve representar, de forma balanceada, todas as forças que atuam no campo da educação ambiental (por exemplo: capital/interior, Estado/mercado/sociedade, etc.). Em muitos estados brasileiros os coletivos jovens tentaram ser membro da CIEA, no entanto não foi em todos os estados que entenderam a importância da inserção do jovem nesta comissão.

A participação da juventude na CIEA ao longo deste tempo não foi muito expressiva como poderia ser. E isso eles atribuem ao perfil do jovem que assumem este lugar, que muitas das vezes definem o nível de contribuição das discussões ou nas tomadas de decisões. Outro ponto a ser discutido quanto à participação dos jovens destes espaços é o exercício da representatividade, um dos pontos mais difíceis de ser exercido quando se representa um coletivo num espaço de participação.

A existência destes espaços como os coletivos jovens e as Conferencias, consideramos que ainda que o processo, ao longo do tempo, não tenha sido adequadamente democrático, não podemos negar que houve muitos avanços no sentido desta ampliação da democracia, de fato, para a sociedade, como criação dos espaços de participação. Contudo, a legitimação desses espaços de participação pode se tornar, paradoxalmente, um entrave ao exercício da democracia, uma vez que muitos espaços são criados para legitimar processos participativos, mas estão sendo usados para legitimar os interesses privados que se tornam públicos, mas não interesses coletivos.

No que se refere ao reconhecimento dos espaços de participação como estruturas potencialmente educadora como já comentamos anteriormente, não temos, ainda, na nossa história a cultura de participação de forma, dialógica, legítima e incorporada na gestão pública. Estamos aprendendo e ainda há muito que caminhar e desafios a vencer. É notório que há um avanço bastante significativo nos

⁴ Com-vidas – Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas é consolidar na comunidade escolar um espaço estruturante e permanente para realizar ações voltadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, com intercâmbio entre as escolas e comunidades. A proposta de criação de Com-Vidas surgiu como resposta às deliberações da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (I CNIJMA), realizada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério da Educação, em 2003, quando os estudantes envolvidos propuseram a criação de coletivos jovens de meio ambiente e a elaboração da Agenda 21 nas escolas do país.

processos decisórios da gestão pública do país. No entanto, há uma diversidade e complexidade subjetiva que trata de uma mudança de paradigma e isso requer tempo e muito aprendizado.

A relação do jovem com o mundo adulto, também é um desafio a ser vencido para a efetiva inserção do jovem nestes espaços. Há certa resistência, sobretudo dos antigos funcionários das instituições, que ainda estão atuando dentro de uma lógica conservadora e resistem a uma nova forma de trabalhar, uma nova organização com uma nova metodologia.

5. Considerações finais

Entendemos que os espaços de participação juvenil dentro da sociedade exercem sem dúvida o papel educador, pois opera estruturas educadoras. É uma ação que proporciona aprender participando, com características emancipatórias que contém em si o potencial de provocar descobertas e reflexões individuais e coletivas simultaneamente. Esses espaços, portanto, funcionam na prática como educação não-formal que completadas com as escolas, ou seja, com os espaços formais viabilizam mudanças significativas na educação e na sociedade como um todo.

A existência destes conselhos, coletivos, comissões, redes etc são urgentemente necessários, no entanto não são suficientes para que exerçam sua função educadora. É necessário uma preparação contínua, permanente de atividade de reflexão e ação e que seja um projeto político pedagógico capazes de formar cidadãos éticos, ativos, participativos, com responsabilidade diante do outro e preocupados com o universal e não com particularismos, é retomar as utopias e priorizar a mobilização e a participação da comunidade educativa na construção de novas agendas.

Nem todos os espaços criados conseguem atingir o respectivo objetivo. Nem todas as estruturas de participação juvenil são educativas, ou não são percebidas dessa forma. Isso se dá por vários motivos dentre eles podemos destacar a participação ainda tímida da categoria nesses espaços. E muito do destino deste espaço se dará em função da atuação dos atores sociais, desses sujeitos. Entretanto, se reconhece que aqueles que participam destes espaços coletivos constroem espaços de modo educativo sim e conseguem transformar a realidade.

Dos aspectos que denominamos estruturantes, sem sombra de dúvida, a mobilização gerada pelo Governo Federal para organização da Conferência Nacional pelo Meio Ambiente, foi de fato e de direito um dos mecanismos mais importantes de incentivo aos jovens a participar dos espaços de participação. Para além de um evento, a Conferência significou um processo de mobilização e de organização de jovens em prol da questão sócio ambiental.

Dentro da estrutura política, a criação dos espaços de participação outro mecanismo adotado que teve um papel bastante importante para a inserção do jovem nas políticas públicas. Espaço que possibilitou a sensibilização, o debate e o amadurecimento no âmbito da institucionalização, que permite atualmente a construção, elaboração e implementação de políticas públicas, DE, PARA e COM a juventude. Além de proporcionar a construção de um espaço de diálogo e de estabelecer esses espaços como estruturas potencialmente educadoras de participação. É importante avaliar o potencial pedagógico que existe nesses espaços de participação e como eles vem contribuindo para a implementação de outras políticas públicas

como a Política Nacional Meio Ambiente e a de Educação ambiental. Para as políticas de jovens na contemporaneidade do contexto brasileiro consideramos um momento rico em oportunidades, para conhecer essa categoria em evidencia e atuando como sujeito de direitos sociais segundo Bourdieu (2000).

As iniciativas brasileiras acerca educação ambiental, como política pública, no Brasil, estão mostrando a relevância do ensino e da aprendizagem não formal e que deve ser valorizada tanto quanto o ensino formal. Essa é uma das principais respostas que esta investigação nos proporcionou. E essa formação não é somente em relação ao meio ambiente, pois atinge a formação de sujeitos críticos.

Todos os mecanismos identificados de inserção da participação juvenil nas políticas públicas em geral no país tomam como base a formação do olhar crítico, ver o jovem como o sujeito que pensa, se posiciona, discute e interfere nos processos. O jovem como sujeito social, formador de opiniões, capaz de discutir problemas específicos da realidade local. Agentes multiplicadores de informações, ou seja, o jovem como protagonista.

A participação constitui uma estratégia de formação de sujeitos sociais como voluntários, depois sujeitos sociais como agentes ecológicos, depois sujeitos sociais como mobilizadores e hoje são sujeitos sociais e profissionais da área de meio ambiente, assumindo cargos nas gestões públicas nas três esferas governamentais.

Assim, vemos que juventude vem expressando sua vontade de participação em espaços que permitam ações coletivas e assegurem as demandas que emanam uma condição juvenil. Isto está sendo refletido nas últimas pesquisas realizadas onde aparece o meio ambiente na lista de demandas e de interesses da juventude, coisa que há alguns anos atrás não aparecia. Portanto, nota-se uma perspectiva de mudança no perfil da construção desse sujeito social. Um sujeito que é construído a partir dos processos formativos oferecidos pelos espaços de participação.

Bibliografia

- ABRAMO, H. W. (2006) Onda Jovem: Sujeitos de Direitos: Em busca da afirmação de sua identidade e de seus direitos, o jovem experimenta novas formas de participação social. *Quais Direitos?*, ano 2 (5), 34-37.
- ANDER-EGG, E. (1996) Participación ciudadana y protagonismo de la sociedad civil. *Revista Ciclos*, (1), 22-23.
- ARENDT, H. (2003) *A Condição Humana* (10 ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BRASIL (2006) *Coletivos Jovens de Meio Ambiente - Manual Orientador*. Brasília: Governo Federal.
- BOURDIEAU, P. (2000) La «Juventud» solo es una palabra. In *Cuestiones de Sociología*. Madrid: Istmo.
- CARVALHO, I. C. M. (2004) Ambientalismo e Juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea. In R. NOVAES & P. VANNUCHI (eds.) *Juventude e Sociedade; trabalho, educação, cultura e participação* (pp. 53-74). São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania.
- (2006) O Sujeito Ecológico e Identidade Social: A Juventude nas trilhas da Reinvenção de Si e da Política. In M. d. M. AMBIENTE (ed.) *Juventude, Cidadania e Meio Ambiente: Subsídios para elaboração de políticas públicas*. Brasília.

- DAYRELL, J. (2003) O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação* (24), 40-53.
- DAYRELL, J. & CARRANO, P. C. R. (2002) Jóvenes de Brasil: DIFICULTADES DE FINALES DEL SIGLO Y PROMESAS DE UN MUNDO DIFERENTE. *Jóvenes, Revista de Estudios sobre Juventud*, ano 6 (17), 160.
- GOHN, M. D. G. (2006) Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 14 (50), 27-30.
- GOHN, M. da G. (2006) Educação não-formal na pedagogia social. In *Proceedings of the I Congresso Internacional de Pedagogia Social*. São Paulo (SP) [online].
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2000) *Censo Demográfico*. Brasil: Governo Federal.
- KERBAUY, M. T. M. (2005) Políticas de Juventude: Políticas Públicas ou Políticas Governamentais? *Estudos de Sociologia*, 18 (19), 193-203.
- KRISCHKE, P. J. (2004) Perfil da Juventude Brasileira: Questões sobre Cultura Política e Participação Democrática. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis - Ppgich Ufsc*, 2 (2), 27.
- LIMA, G. D. C. (2003) O Discurso da Sustentabilidade e suas implicações para a Educação. *Ambiente & Sociedade*, VI (n.º 02).
- MATAREZI, J. (2005) Estruturas e Espaços Educadores: Quando Espaços e Estruturas se Tornam Educadores. In MMA (ed.) *Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (Es) Ambientais e Coletivos Educadores* (vol. 1). Brasília.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, S.-G. D. (2006) *Guia de Políticas Públicas de Juventude*. Brasília: Governo Federal.
- RUIVO, J. y MESQUITA, H. (2010) Educação e formação na sociedade do conhecimento. *Aula. Revista de Pedagogía de la Universidad de Salamanca*, 16, 201-214.
- SPOSITO, M. P. & CARRANO, P. C. R. (2003) Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação* (24), 16-40.
- UNESCO (2003) Relatório de Desenvolvimento Juvenil. In J. J. WAISELFISZ (ed.) *Relatório de Desenvolvimento Juvenil* (194 pp.). Brasília: UNESCO-Brasil.
- (2004) *Políticas públicas de/para/com as juventudes*. Brasília: UNESCO.